

Entre violência e resistência, o valor testemunhal da “escrevivência”

Between violence and resistance, the testimonial value of “escrevivência”

Rafael Guimarães Tavares da Silva¹ 

¹Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

RESUMO

A violência é uma marca distintiva do processo histórico que engendrou as hierarquias e estruturas da sociedade brasileira, como aquelas que marginalizam indígenas, pessoas negras e homossexuais, especialmente quando pobres e/ou do sexo feminino. Pensando nas modalidades de resistência que esses sujeitos marginalizados têm encontrado na literatura, proponho revisitar a noção de testemunho à luz de um sucinto panorama histórico, a fim de refletir sobre a pertinência dessa categoria para compreender parte da poesia brasileira contemporânea, em seu potencial de denúncia do genocídio negro em curso no país. Na primeira parte da análise, entram poemas da autoria de Conceição Evaristo, dando a ver o valor testemunhal de sua noção de “escrevivência”, em sua capacidade de resistir à barbárie perpetrada pelo processo civilizatório no Brasil. Aproveitando o potencial dessa noção, abordamos certas manifestações poéticas orais, do *slam* e do *rap*, naquilo que chegam a apontar os limites da própria literatura.

Palavras-chave: Testemunho; Violência; Resistência; Escrevivência; Conceição Evaristo

ABSTRACT

Violence is a distinctive mark of the historical process that engendered hierarchies and structures in Brazilian society, such as those that marginalize indigenous people, black people and homosexuals, especially when they are poor and/or women. Thinking about the forms of resistance that these marginalized people have found in literature, we propose to revisit the notion of testimony in the light of a succinct historical overview, in order to reflect on the relevance of this category to understand a part of contemporary Brazilian poetry, in its potential for denunciation of the black genocide that has been going on in the country. In the first part of the analysis, we read poems by Conceição Evaristo, dealing with the testimonial value of her notion of “escrevivência”, in its resistance to the barbarism perpetrated by the civilizing process in Brazil. Exploring the potential of this notion, we approach some oral poetic manifestations (slam poetry and rap music), in order to point out even the limits of literature itself.

Keywords: Testimony; Violence; Resistance; Escrivência; Conceição Evaristo.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país constituído por traumas históricos extremamente profundos e mal resolvidos. A colonização portuguesa promoveu a dominação e o extermínio em massa de muitos povos autóctones americanos, suas línguas e culturas, assim como o sequestro e a escravização de populações de diferentes etnias do continente africano, criando uma sociedade desigual com o objetivo de explorar as riquezas naturais de sua colônia.

O Brasil-Colônia já é iniciado com um genocídio de gigantes proporções e invisibilidade em nosso cotidiano. Estima-se que, na chegada dos portugueses ao Brasil, a população indígena superava o contingente de 2 milhões de pessoas. Em 1819, a estimativa cai para cerca de 800.000. O tráfico de africanos sequestrados teve início em 1549. Estima-se que, até a proibição do tráfico transatlântico, cerca de 5 milhões de africanos foram sequestrados e escravizados no Brasil. (BORGES, 2018, p. 55).

Por mais que a Independência, a Abolição da Escravatura e outros eventos históricos tenham modificado o arranjo social herdado do período colonial, uma série de procedimentos violentos — às vezes sancionados pelo próprio Estado brasileiro — garantiu que essas modificações não tivessem impacto relevante sobre as desigualdades sociais constitutivas do Brasil. O genocídio indígena continua no descaso com que são tratados pelo governo, frequentemente sob os ataques de garimpeiros ilegais e grileiros; o genocídio negro continua nos procedimentos de “pacificação” adotados pelas forças policiais em zonas de periferia. Isso para não mencionar as formas cotidianas de violência contra as mulheres, com altas taxas de feminicídio no país, e contra os membros das comunidades LGBTQIA+.

Somos um país em que o autoritarismo é fortemente constitutivo das

bases da formação nacional. Naturalizamos por essa razão tudo o que deveria nos deixar perplexos — violência excessiva por parte do Estado, enorme desigualdade social, ausência de prerrogativas éticas nas condições de convivência social, permanente estado de expectativa incerta quanto ao futuro, ausência de condições de escolarização compatíveis com as necessidades sociais e com as exigências para a formação de consciência crítica coletiva. Naturalizamos, muitas vezes sem perceber com clareza, várias formas, algumas amenas e outras trágicas, de barbárie. (GINZBURG, 2017, p. 192).

Diante desse quadro, caberia perguntar que papel assume a Literatura Brasileira com relação à violência cotidiana da realidade social do país. Alguns estudiosos têm falado de “literatura de testemunho” para se referir à produção literária de pessoas que experimentaram e tematizaram situações-limite como aquelas representadas pela perseguição e pela tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil (entre 1964 e 1985), sugerindo uma série de pontos comuns com obras de sobreviventes de outros regimes autoritários e dos massacres perpetrados por eles, principalmente pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido caminham algumas das sugestões de Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 83-5) e Wilberth Salgueiro (2007, p. 75-92). Com o objetivo de analisar a pertinência da noção de “testemunho” para abordar a produção literária contemporânea no Brasil, sugiro uma breve contextualização histórica do surgimento desse conceito.

Desde o início do século XX, a Europa e o mundo experimentaram uma série de crises, principalmente após os eventos traumáticos representados pelas duas grandes Guerras Mundiais e seus desdobramentos. Por um lado, algumas ciências já haviam colocado em questão muitas das certezas tradicionais do ser humano, como sua crença no privilégio de que desfrutaria como obra-prima de Deus (o que foi contraposto pela teoria do evolucionismo de Darwin), ou na concepção de um arranjo econômico-social segundo os méritos de competidores disputando livremente (o que foi desmascarado pelo materialismo histórico de

Marx), ou na ideia de que a razão seria o único motor do processo civilizatório (o que foi desmistificado pela filosofia de Nietzsche e, na sequência, pela psicanálise de Freud). Por outro lado, essa série de desmentidos teóricos encontrou sua contraparte na realidade vivenciada por aqueles que se envolveram de uma forma ou de outra nos horrores das guerras desse século.

Os questionamentos que Adorno e Horkheimer, com sua *Dialética do Esclarecimento* (orig. 1944), levantaram à versão triunfal do advento da Modernidade, como grande conquista da razão iluminista e consagração do direito absoluto à propriedade privada no capitalismo, precisam ser encarados dentro desse movimento mais amplo de crítica da história oficial. O papel legitimador desse tipo de narrativa monumental da Modernidade foi questionado não apenas pelos esforços críticos de intelectuais refletindo sobre as relações entre presente, passado e futuro, mas também por certos acontecimentos históricos cujos impactos evidenciaram aquilo, ou melhor, evocaram *aqueles e aquelas* que foram deixados à sombra por esse tipo de versão otimista da história: trata-se das vítimas, muitas vezes anônimas, de Auschwitz, Buchenwald, Hiroshima, Nagasaki, Gulag... Os nomes próprios dessas catástrofes humanitárias não deveriam nos permitir esquecer todas aquelas existências deixadas de lado pelas grandes narrativas sobre o progresso da humanidade. E haveria uma infinidade de outros nomes próprios a evocar aqui, alguns deles tristemente contemporâneos. Por trás de cada um, existências marginalizadas, desapropriadas e eliminadas. Não porque o progresso da Modernidade simplesmente cesse em momentos específicos da história, mas sim porque se radicaliza e leva seus sonhos mais profundos aos maiores extremos. “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.” (ADORNO, HORKHEIMER, [1947] 1985, p. 19).

Essas existências “menores” frequentemente foram consideradas descartáveis pelas forças responsáveis por levar adiante o “esclarecimento”. Com isso, quando a História identifica o centro de sua narrativa com o advento desse “esclarecimento”, inevitavelmente se compromete em silenciar todos aqueles que foram marginalizados, desapropriados e eliminados ao longo desse processo. Para que uma compreensão histórica mais ampla e complexa desses desenvolvimentos seja possível — suscitando reflexões que ofereçam os meios necessários para evitar outras catástrofes dessa ordem —, cumpre levar em conta cada vez mais a perspectiva dessas outras existências. Por isso, seu testemunho ganha importância cada vez maior para quem se dedica à escrita da história nos dias de hoje:

[O] testemunho deve ser compreendido tanto no sentido jurídico e de testemunho histórico — ao qual o *testimonio* tradicionalmente se remete nos estudos literários — como também no sentido de “sobreviver”, de ter-se passado por um evento-limite, radical, passagem que foi também um “atravessar” a “morte”, que problematiza a relação entre a linguagem e o “real”. De modo mais sutil — falamos também de um *teor testemunhal* da literatura de um modo geral: que se torna mais explícito nas obras nascidas de ou que têm por tema eventos-limite. Nesse sentido, a literatura do século XX — Era das catástrofes e genocídios — ilumina retrospectivamente a história da literatura, destacando esse elemento testemunhal das obras. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 8).

É preciso lembrar, com Benjamin, que “[n]ão há documento de cultura que não seja também documento de barbárie” (2013, p. 13) e que a missão de quem queira compreender em profundidade as ambivalências da constituição histórica da cultura é “escovar a história a contrapelo”. Em seus trabalhos, o estudioso apontou que a concretização absurda do projeto iluminista de uma razão absoluta, livre dos mitos do passado, aparecia enredada num retorno ainda mais violento ao pensamento mitológico engendrado pela crença em tal razão. É

por isso que os acontecimentos traumáticos do século XX alteraram para sempre a forma como deveriam ser vistos princípios, meios e fins incorporados pelos mais diversos projetos modernos: sua contraparte sombria não era um aspecto lateral e facilmente modificável de cada um desses projetos, mas fazia parte integral do que sua instalação desencadeava.

A Modernidade experimentou um processo vertiginoso de estranhamento da alteridade, ou seja, uma alienação progressiva da capacidade de ter e demonstrar empatia com outras pessoas. As razões para esse processo são múltiplas e complexas, mas não parece haver dúvidas de que estamos nos aproximando da mais radical indiferença ao mundo que habitamos e da mais completa ignorância sobre os meios de produção e manutenção de nossa sociedade: os dados ecológicos mais atualizados indicam que o ponto de desgaste a que temos levado os ecossistemas terrestres talvez já tenha ultrapassado o limite da reversibilidade possível desses danos, de modo que se torna difícil até calcular como a Terra pode se comportar doravante. As consequências mais nefastas desse quadro talvez demorem mais alguns anos para surgir, mas o “progresso” vivenciado desde a segunda metade do século XX já é sentido por muitos cientistas como o início do fim.

Antevendo a calamidade dessa situação, Adorno fez seu célebre apelo no ensaio de abertura do livro *Prismas*, publicado originalmente em 1955:

Quanto mais totalitária for a sociedade, tanto mais reificado será também o espírito, e tanto mais paradoxal será seu intento de escapar por si mesmo da reificação. Mesmo a mais extremada consciência do perigo corre o risco de degenerar em conversa fiada. A crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas. Enquanto o espírito crítico permanecer em si mesmo, numa contemplação ensimesmada, não conseguirá enfrentar a absoluta coisificação, que teve entre seus pressupostos o progresso do espírito,

mas que hoje se prepara para absorvê-lo inteiramente. (ADORNO, [1955] 1998, p. 26).

Ainda que tenha vindo a modular esse posicionamento anos mais tarde,¹ Adorno exprimia uma preocupação genuína com uma tendência esmagadora na civilização contemporânea. E que ele tenha escolhido justamente a capacidade poética como aquela mais apta a suscitar estranhamento num contexto como o nosso não é algo fortuito: para que uma poesia possa existir é necessário não apenas que um sujeito esteja aberto a *expor-se* nela, *oferecendo-a*, mas também que um outro sujeito esteja aberto a *escutá-la*, *recebendo-a*. Ora, num contexto em que as pessoas encontram-se tão alienadas umas das outras, esse esforço de comunicação intersubjetiva precisaria ser infinito e, ocorrendo, imediatamente levaria ao aniquilamento as pessoas que se abrissem dessa forma, porque a realidade responsável por produzir Auschwitz continua a atuar com enormes recursos pela desumanização do ser humano.

Ainda assim, poemas teimam em existir... Aqui poderiam ser citados os poemas de Paul Celan, poeta romeno judeu de língua alemã, que perdeu os pais num campo nazista de trabalhos forçados e escapou desse mesmo destino por pouco. Celan escreve *a partir* desse evento traumático, responsável por marcar a “origem” do que escreve com uma aniquilação de base. As consequências disso sobre sua poesia foram: uma impossibilidade de manifestação efusiva da subjetividade, uma miséria crescente em seus meios de expressão e uma necessidade impossível de suprir a ausência constitutiva de seus poemas. Outros nomes de responsáveis por obras que testemunham sobre a violência extrema do extermínio nazista poderiam ser evocados aqui para corroborar essas características — Robert Anselme, Primo Levi e Elie Wiesel

¹ Em *Dialética negativa*, o autor escreve: “O sofrimento perenizante tem tanto direito à expressão quanto o martirizado tem de berrar; por isso, é bem provável que tenha sido falso afirmar que depois de Auschwitz não é mais possível escrever nenhum poema. Todavia, não é falsa a questão menos cultural de saber se ainda é possível viver depois de Auschwitz, se aquele que por acaso escapou quando deveria ter sido assassinado tem plenamente o direito à vida. Sua sobrevivência necessita já daquela frieza que é o princípio fundamental da subjetividade burguesa e sem a qual Auschwitz não teria sido possível: culpa drástica daquele que foi poupado.” (ADORNO, [1967] 2009, p. 300).

—, pois esses elementos também se fazem presentes em suas obras (em prosa). Nas palavras de um estudioso do assunto:

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o “real”) com o verbal. O dado inimaginável da experiência concentracionária descontrói o maquinário da linguagem. Essa linguagem entravada, por outro lado, só pode enfrentar o “real” equipada com a própria imaginação: por assim dizer, só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada — mas nunca totalmente submetida. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 46-7).

Levando em conta o exposto até aqui, tentemos refletir sobre a pertinência da categoria “testemunho” para falar de parte da produção literária contemporânea no Brasil, em especial no campo da poesia. Acredito que seria possível optar por outros aspectos “traumáticos” da realidade social brasileira — como o extermínio indígena, a misoginia estrutural, a homofobia e a transfobia —, mas me parece que nenhuma outra forma de violência tem encontrado uma reação literária tão contundente quanto o genocídio negro. Espero demonstrar com exemplos da poesia brasileira contemporânea a pertinência de se falar aí em testemunho como forma de resistência.

Aqui, seria possível remontar a obras do final do século XIX e início do XX — como as de Cruz e Sousa ou Pedro Kilkerry, na poesia, Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis e Lima Barreto, na prosa —, mas, para nos limitarmos às obras produzidas nas últimas décadas, pretendo me concentrar em poemas de Conceição Evaristo, levando em conta sua convocação de apoio à força poética do *slam* e do *rap*.

Conceição Evaristo é uma escritora nascida em Belo Horizonte, em 1946. Ficcionalista e ensaísta, ela tem mestrado e doutorado na área de Literatura, com uma vasta produção da qual se destacam os livros em prosa *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da memória* (2006) e *Olhos d'água* (2014). Em sua obra, Conceição Evaristo narra as vidas

de pessoas simples — em geral, vítimas da exclusão étnico-racial e socioeconômica —, conferindo-lhes a humanidade e a profundidade que tradicionalmente costuma lhes ser negada, inclusive pela própria literatura. Com isso, a autora promove um trabalho fundamental de resgate das perspectivas excluídas dos sistemas de representação simbólica da sociedade brasileira e cria um material que corrobora a denúncia dos mecanismos de racismo estrutural no país.

Embora seu material literário seja prioritariamente a prosa, Conceição Evaristo tem um trabalho poético de valor, registrado no livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017), no qual dá continuidade a seu projeto artístico por meio de um eu-lírico afim às próprias vivências e àquelas das personagens de suas narrativas em prosa. Que se leve em conta um poema como (EVARISTO, 2017, p. 24-5):

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos

com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recorre todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem — o hoje — o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância.
O eco da vida-liberdade.

A *persona* do poema retrança uma árvore genealógica que remonta a uma ancestral bisavó sequestrada ainda criança do continente africano e trazida num navio negreiro para a escravidão na América. Relembrando a dor desse trauma fundacional, ela parece sugerir — circunspectamente — a razão por trás da obediência incutida pela violência escravocrata no comportamento de sua própria avó. Com o passar dos anos, contudo, a Abolição da Escravatura é conquistada e as primeiras manifestações de revolta e tomada de consciência começam a aparecer em sua família: a princípio, com sua mãe, mantida ainda sob o controle imposto pelo salário pago por patrões brancos, em sua vida na favela; na sequência, consigo mesma, que escreve versos perplexos diante da realidade opressiva da violência e da miséria. A conclusão do poema aponta para a potência que o resgate da lembrança dessa ancestralidade é capaz de promover no presente como forma de alteração do futuro, afinal, é a partir da referência à preservação d’“as vozes mudas caladas/ engasgadas nas gargantas”

que a filha da *persona* deste poema se mostra capaz de recolher em si a fala e o ato, fazendo com que seja ouvido o eco da “vida-liberdade”. Há aqui, portanto, um elogio da memória como forma de promover a tomada de consciência sobre os processos históricos de opressão, entendendo-se o trabalho com essa memória como o caminho inevitável para uma transformação da realidade social.

Além disso, é possível encontrar em sua poesia a denúncia das instituições coniventes com as estruturas de opressão étnico-racial e socioeconômica. Ao lado dessa denúncia, verifica-se a busca pela afirmação de um passado que ainda não pôde ser plenamente reconhecido porque a historiografia oficial trabalha com uma concepção estrita de documento, excluindo de suas fontes aquelas que permitiriam preservar a memória da afro-ancestralidade. Tudo neste poema é eloquente, inclusive a tensão entre título e dedicatória (EVARISTO, 2017, p. 105-6):

Inquisição

Ao poeta que nos nega

Enquanto a inquisição
interroga
a minha existência,
e nega o negrume
do meu corpo-letra,
na semântica
da minha escrita,
prossigo.
Assunto não mais
o assunto
dessas vagas e dissentidas
falas.
Prossigo e persigo
outras falas,
aquelas ainda úmidas,

vozes afogadas,
da viagem negreira.
E, apesar
de minha fala hoje
desnudar-se no cálido
e esperançoso sol
de terras brasis, onde nasci,
o gesto de meu corpo-escrita
levanta em suas lembranças
esmaecidas imagens
de um útero primeiro.
Por isso prossigo,
persigo acalentando
nessa escrevivência
não a efígie de brancos brasões,
sim o secular senso de invisíveis
e negros queloides, selo originário,
de um perdido
e sempre reinventado clã.

Há uma profunda reflexão metaliterária nesses versos. Partindo da instância crítica inquisitorial, que se recusa a aceitar a existência de uma escrita negra como aquela, esse poema volta-se para o passado da escravidão e faz um esforço para resgatar as vozes afogadas nesse violento processo. Seu objetivo é, a um só tempo, abrir-se para um presente de novas esperanças, enquanto mergulha na memória dessa ancestralidade africana. Para isso, estabelece que esse retorno ao passado não se dará na chave da historiografia oficial — restrita ao trabalho com “a efígie de brancos brasões” —, mas sim por meio do que chama de “escrevivência”, responsável por retomar “o secular senso de invisíveis/ e negros queloides”, que são o “selo originário/

de um perdido/ e sempre reinventado clã". O reconhecimento do que deve haver de reinvenção nesse processo de resgate da memória ancestral é importante aqui e abre a noção de "escrevivência" para as potencialidades de se recriar, no presente, o passado tradicionalmente silenciado.

Acredito ser possível relacionar o que ficou sugerido sobre a "escrevivência" com certos apontamentos sobre a necessidade de ficcionalização e estetização em obras que buscam oferecer um testemunho acerca de situações-limite. Segundo Seligmann-Silva (2003, p. 81), mesmo nesse tipo de obra, não é possível escrever sem que se recorra à imaginação, ainda que o testemunho jamais se converta numa simples ficção ilusionista. Afinal, "[a] memória é tão necessária e impossível quanto o esquecimento. Ceder à ilusão da representação total do passado [...] significa apagá-lo de um modo muito mais efetivo." (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 82-3).

Da mesma forma, a necessidade do testemunho como uma espécie de tarefa ética de "dizer o indizível" — denunciando as atrocidades mais desumanas cometidas pela humanidade — aparece também na reflexão que a própria Conceição Evaristo propôs em torno da noção de "escrevivência":

[A] Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar, desejar e ampliar a semântica do termo. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da

oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (EVARISTO, 2020, p. 30).

E acordá-los é o que a escrevivência tem feito. No mesmo encontro virtual em que as palavras acima foram registradas, Conceição Evaristo destacou o trabalho das “meninas do *Slam*” como uma das novas expressões da escrita que podem ser associadas à escrevivência, na medida em que — mesmo partindo do “aqui e agora” do cotidiano — trazem uma memória antiga e recente das experiências negras. Isso é o que se constata facilmente com os poemas reunidos na publicação da Coleção Slam, *Empoderamento feminino* (sob a coordenação de Emerson Alcalde, 2019), como este da autoria de Lilian Araújo:

Eu posso entrar em tantas estatísticas
Minha herança é Afro-Indígena
E dessa realidade poucos vão entender
Que “A escravidão não acabou é apenas um sonho”
Quando as pretas tomam o poder
É com tiros que vão nos silenciando
Está presente sim, Marielle Franco
Feminicídio matou Remís, estuprou Diana
Não tem nem três semanas que Dália foi espancada
Não é possível que ninguém viu nada
Ela olhou pro lado e lembrou de Geni apedrejada
Criou cicatrizes e mesmo com as más lembranças marcadas
Não foi suficiente para se manter calada
A justiça de Xangô nunca falha

Que nossas ancestrais nos conduzam sempre

Para o caminho do embate e da sabedoria

Adelina, Clementina, Dandara, Anastácia, Cláudia, Carolina, PRESENTE!
(BASTOS et al., 2019, p. 46-7)

As manifestações poéticas do *slam* como as que aparecem aqui são relacionadas por Conceição Evaristo com a noção de “escrevivência” porque partem de uma realidade de violência contra mulheres e homens negros — pessoas pobres e periféricas —, empreendendo um resgate da ancestralidade dessa luta, a fim de conclamar à resistência, em termos políticos, religiosos, socioeconômicos e culturais. Há uma importante dimensão testemunhal em todas essas obras porque constituem respostas de pessoas sobreviventes a situações violentas promovidas por um sistema institucionalizado de exclusão e perseguição.

Antes de encerrar, gostaria de citar um último poema de Conceição Evaristo (2017, p. 88-9) que abre os horizontes de quem busca ler a poesia brasileira contemporânea para refletir sobre testemunho, entre violência e resistência.

Do velho ao jovem

Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
abecedário do viver.

Na face do jovem
o frescor da pele,
e o brilho dos olhos
são dúvidas.

Nas mãos entrelaçadas
de ambos, o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas

explodem.
O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história
Infinitas são as personagens:
Vovó Kalinda, Tia Mambene,
Primo Sendó, Ya Tapuli,
Menina Meká, Menino Kambi,
Neide do Brás, Cíntia da Lapa,
Piter do Estácio, Cris de Acari,
Mabel do Pelô, Sil de Manaíra,
E também de Santana e de Belô
e mais e mais, outras e outros...
Nos olhos do jovem
também o brilho de muitas histórias.
E não há quem ponha
um ponto final no rap
é preciso eternizar as palavras
da liberdade ainda e agora.
(EVARISTO, 2017, p. 88-9).

Explorando a complementaridade entre a velhice e a juventude — entre a ancestralidade e a novidade, entre a experiência e a inocência, entre a sabedoria e o vigor —, a *persona* desse poema convoca a união de todas as forças do campo historicamente oprimido, em favor de palavras que sejam capazes de afirmar a liberdade. Além de preservar os nomes próprios daquelas e daqueles que participaram dessa luta de libertação durante sua própria vida, ela faz um movimento de denúncia da exclusão perpetrada por mecanismos tradicionais de cultura, como os livros.

Ao mesmo tempo, abre espaço para manifestações populares, tradicionalmente estigmatizadas e desprovidas de valor artístico, como o *rap*, reconhecendo nelas a potência para fazer com que as histórias de luta continuem a ser contadas e eternizem as palavras da liberdade.

Não é necessário se apoiar nesse poema de Conceição Evaristo para defender a dimensão literária das canções. Ficando apenas em referências canônicas para os Estudos Literários: em 2022, o cantor e compositor Gilberto Gil entrou para a Academia Brasileira de Letras; em 2016, o também cantor e compositor Bob Dylan recebeu o Prêmio Nobel de Literatura; há muitas décadas, um estudioso como Paul Zumthor tem explorado a dimensão oral de manifestações literárias canônicas da Idade Média; muito antes disso, filólogos já haviam reconhecido que os poemas atribuídos a Homero, Safo e outros nomes da cultura clássica remontavam a uma longa tradição oral e só foram colocados por escrito posteriormente. Ou seja, em que pesem os preconceitos grafocêntricos de uma tradição europeia (ou europeizada), tem havido o reconhecimento do que pode haver de literário em muitas manifestações orais e musicais. Infelizmente, contudo, isso não se dá com *quaisquer* manifestações artísticas. E aqui o gesto de Conceição Evaristo pode ser compreendido em toda a sua importância: ao acenar para o *rap* como um meio capaz de dar vazão às histórias que ainda precisam ser contadas, essa autora defende a necessidade de que essas manifestações artísticas sejam reconhecidas pelas instituições literárias, passando a fazer parte do conjunto de referências fundamentais para quem se dedica ao campo. Isso aumenta o reconhecimento social e a ressonância do *rap* para além das áreas em que normalmente circulou, ampliando o repertório de quem se interessa pelos temas da violência, da resistência e do testemunho na poesia brasileira contemporânea.

Um único exemplo ilustrará perfeitamente os ganhos promovidos pela abertura dos Estudos Literários a uma manifestação artística como o *rap*. Em 1997, os Racionais Mc's lançaram o álbum *Sobrevivendo no inferno*. Idealizado em torno da faixa central, "Diário de um detento", esse álbum constitui um testemunho memorável do mais

violento crime perpetrado pelo sistema prisional brasileiro:

[O] massacre do Carandiru, intervenção assassina da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que resultou na morte de pelo menos 111 detentos, a maioria composta de réus primários, sem nenhuma chance de defesa. Extermínio puro e simples que até hoje não foi reconhecido pelo Estado enquanto tal — documentos oficiais tratam o episódio como “rebelião” ou “motim” do Pavilhão 9. (OLIVEIRA, 2018, p. 19).

Cumpra lembrar ainda o seguinte:

Num intervalo de poucos meses, o país foi palco de outros dois massacres que chocaram o mundo. Em 23 de julho de 1993, quatro policiais militares dispararam contra cerca de cinquenta crianças e adolescentes em situação de rua que dormiam nas escadarias da igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, deixando oito mortos e dezenas de feridos, num episódio que ficou conhecido como chacina da Candelária. E apenas um mês depois, em 29 de agosto de 1993, mais de trinta policiais militares encapuzados e sem uniforme assassinaram friamente 21 pessoas na chacina de Vigário Geral. Ao contrário do que afirmou a PM, nenhum dos mortos possuía ligação comprovada com o tráfico. (OLIVEIRA, 2018, p. 19).

Haveria muito o que comentar sobre a combatividade das letras dos Racionais Mc's, em sua recusa à cumplicidade com um sistema que leva a cabo o genocídio negro em comunidades periféricas (sob a bandeira da segurança pública e da guerra às drogas), mas pretendo me restringir aqui a breves apontamentos sobre a canção central do álbum *Sobrevivendo no inferno*. Escrita numa parceria entre Mano Brown e Jocenir (um dos sobreviventes do massacre do Carandiru), a canção intitulada “Diário de um detento” narra as últimas horas antes da chacina. O realismo pungente das descrições é alcançado a partir da perspectiva de um sujeito marginalizado, cujas palavras vêm atravessadas por uma ética das ruas e da malandragem. Em meio ao que constitui o fluxo de consciência de um detento incapaz de fazer o tempo passar

depressa o bastante, frases de esperança e desespero se misturam a reflexões sobre valor e atitude, até que o início de uma revolta vem interromper seus devaneios e precipita os acontecimentos traumáticos daquele dia.

Uma análise cuidadosa da canção está além do que será possível oferecer aqui, mas cumpre destacar a dimensão de denúncia da cumplicidade entre as diferentes esferas de poder (jurídico, político, administrativo, policial, midiático e, evidentemente, socioeconômico) na perpetuação de um sistema de exclusão e extermínio. Na mesma linha do que já foi sugerido como característico da literatura de testemunho, a canção encerra-se com a desconfiança de que ninguém acreditaria num depoimento sobre eventos dessa natureza, mas — ainda assim — insiste em afirmar as datas e os dados que não podem ser esquecidos: em 3 de Outubro de 1992, o massacre do Carandiru foi perpetrado com a conivência do Secretário de Segurança Pública do governo de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (RACIONAIS MC'S, 2018, p. 88-9). A referência ao sorriso de Adolf Hitler no inferno não é gratuita pois a sugestão é a de que o massacre do Carandiru seja tão revelador da verdade por trás das estruturas de opressão e dominação no Brasil quanto o campo de Auschwitz foi na Alemanha nazista. Ainda que não seja possível sobreviver incólume a traumas dessa natureza e descrevê-los depois com a linguagem humana, a canção demonstra que perseverar nessa tarefa é fundamental. Afinal, da perspectiva dos sobreviventes, a memória é tão necessária e impossível quanto o esquecimento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1967] 2009.

ADORNO, Theodor W. **Prismas: Crítica cultural e sociedade**. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Editora Ática, [1955] 1998.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1947] 1985.

ANUÁRIO. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2023. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 19 nov. 2023.

BASTOS, Meimei *et al.* **Empoderamento feminino**. São Paulo: Autonomia, 2019.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2. ed. Org. e trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 7-20.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência: A escrita de nós**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

OLIVEIRA, Acauam S. O evangelho marginal dos Racionais MC's. In: RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 19-37.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SALGUEIRO, Wilberth. **Lira à brasileira**: erótica, poética, política. Vitória: Edufes, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Contribuição de Autoria

1 – Rafael Guimarães Tavares da Silva

Universidade Estadual do Ceará

<https://orcid.org/0000-0002-8985-8315> • gtsilva.rafa@gmail.com

Contribuição: Conceituação, escrita - primeira redação, escrita - revisão e edição.

Como citar este artigo

SILVA, R. G. T. da. Entre violência e resistência, o valor testemunhal da “escrivivência”. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 43, p. e85830, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1679849X85830>. Acesso em: dia mês abreviado ano.